Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) junto à CAAPSML - Plano de Assistência à Saúde, conforme a seguir especificado:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
43010.10.302.0017.6.084	3.3.90.39	080	1.600.000,00
TOTAL			**1.600.000,00**

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no artigo 10, da Lei nº 13.186, de 28 de dezembro de 2020, fica anulada igual quantia da dotação a seguir especificada:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
43010.10.302.0017.6.084	3.3.90.36	080	1.600.000,00
TOTAL			**1.600.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2021, previsto no Decreto nº 6, de 4 de janeiro de 2021, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos em R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), conforme a seguir especificado:

Órgão / Unidade	Natureza Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
43	3.3.90.39	080	Outubro	2.060.000,00	540.000,00	2.600.000,00
43	3.3.90.39	080	Novembro	2.060.000,00	540.000,00	2.600.000,00
43	3.3.90.39	080	Dezembro	2.139.000,00	520.000,00	2.659.000,00
Total				**6.259.000,00**	**1.600.000,00**	**7.859.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior, fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos, conforme a seguir especificado:

Órgão / Unidade	Natureza Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Não Aplicação de Recursos - Em R$		
				Inicial	Dedução	Atual
43	3.3.90.36	080	Janeiro	540.000,00	191.933,15	348.066,85
43	3.3.90.36	080	Fevereiro	540.000,00	167.450,93	372.549,07
43	3.3.90.36	080	Março	540.000,00	125.565,49	414.434,51
43	3.3.90.36	080	Abril	540.000,00	175.284,56	364.715,44
43	3.3.90.36	080	Maio	540.000,00	73.598,41	466.401,59
43	3.3.90.36	080	Junho	540.000,00	179.560,87	360.439,13
43	3.3.90.36	080	Julho	540.000,00	92.012,12	447.987,88
43	3.3.90.36	080	Agosto	540.000,00	82.924,56	457.075,44
43	3.3.90.36	080	Dezembro	560.000,00	511.669,91	48.330,09
Total				**4.880.000,00**	**1.600.000,00**	**3.280.000,00**

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 02 de setembro de 2021. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Alex Canziani Silveira, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

---

DECRETO Nº 983 DE 02 DE SETEMBRO DE 2021

SÚMULA: *Regulamenta o procedimento de formalização de Termo de Ajustamento de Conduta pelo Núcleo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-LD, no âmbito de suas competências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

Considerando o contido no § 6º do Art. 5º da Lei nº 7.347/1985;

Considerando a Lei Estadual nº 20.656 publicada no Diário Oficial nº 10990 de 03 de agosto de 2021;

Considerando que, nos termos do Art. 6º do Decreto Federal nº 2.181/1997, as entidades e órgãos da Administração Pública destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor poderão celebrar compromissos de ajustamento de conduta às exigências legais;

Considerando as competências do Núcleo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-LD, órgão vinculado à Procuradoria-Geral do Município, previstas na Lei Municipal nº 9.291/2003 e em seu Regimento Interno;

Considerando a necessidade de uniformização e regulamentação dos procedimentos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do PROCON-LD, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e transparência;

Considerando a conveniência institucional de estimular a atuação resolutiva para promoção da defesa do consumidor e redução da litigiosidade;

Considerando o princípio da finalidade administrativa, que dispõe que toda a atuação da Administração deve ser voltada para o atingimento da finalidade prevista em lei, inerente ao princípio da legalidade previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal; e

Considerando a mudança cultural e judicial trazida por normativas como o Novo Código de Processo Civil e a Lei nº 13.140/2015, com foco na resolução pacífica dos conflitos.

DECRETA:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 1º. O Núcleo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-LD, como Órgão da Administração Pública Municipal destinado à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, poderá celebrar compromissos de ajustamento de conduta, nos termos do §6º do Art. 5º da Lei nº 7.347/1985 e do Art. 6º do Decreto Federal nº 2.181/1997, no âmbito de suas competências, como medida alternativa à aplicação de sanção.

Parágrafo único. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta não impede que outro, desde que mais vantajoso para o consumidor, seja lavrado por quaisquer das pessoas jurídicas de direito público integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC.

CAPÍTULO II
Do Termo de Ajustamento de Conduta

Art. 2º. O Termo de Ajustamento de Conduta conterá, entre outras, cláusulas que versem sobre:

I – qualificação completa das partes;

II – descrição pormenorizada dos fatos ou das condutas e os fundamentos que motivaram a sua proposição;

III – proposta concreta e detalhada para a correção das práticas apontadas, especificando-se as obrigações de pagar, dar, fazer ou não fazer a serem assumidas, e de ressarcir os prejuízos financeiros, casos estes tenham ocorrido;

IV – previsão expressa da obrigação da Compromissária de adequar sua conduta às exigências legais, no prazo ajustado;

V – cronograma de execução e implementação das obrigações assumidas;

VI – pena pecuniária, diária, em caso de descumprimento do ajustado;

VII – ressarcimento das despesas de investigação da infração e instrução do procedimento administrativo, no valor fixo de R$ 50,00 (cinquenta reais), a ser reajustado anualmente de acordo com o IPCA-E; e

VIII – o prazo de vigência, limitado a 12 (doze) meses.

§ 1º. A pena pecuniária diária por descumprimento de qualquer das obrigações estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta corresponderá a 1% (um por cento) do valor total previsto no Termo, limitada a, no máximo, 30 (trinta) dias.

§ 2º. O valor da obrigação de pagar corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da pena-base que seria aplicada à Compromissária no processo administrativo objeto do Termo de Ajustamento de Conduta, caso houvesse o seu julgamento.

§ 3º. O valor definido no Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser exigido em pecúnia, com recolhimento da quantia ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Fundo PROCON-LD, de que trata a Lei Municipal nº 9.291/2003, ou, considerando a necessidade, conveniência e oportunidade, em bens, materiais e serviços, nos termos do Art. 16, inc. III, IV e VII – 2, da Lei Municipal nº 9.291/2003.

§ 4º. Se for definida no Termo de Ajustamento de Conduta a forma de pagamento em pecúnia, o valor estipulado poderá ser objeto de parcelamento, cuja quantidade de parcelas mensais fica limitada ao prazo de vigência do ajuste.

§ 5º. A qualquer tempo, o órgão subscritor poderá, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, retificar ou complementar o Termo de Ajustamento de Conduta firmado, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata do ato, dando-se seguimento ao respectivo procedimento administrativo, ainda que arquivado.

CAPÍTULO III
Do Procedimento para Formalização do Termo de Ajustamento de Conduta

Art. 3º. O interessado em formalizar Termo de Ajustamento de Conduta, poderá manifestar seu interesse, mediante requerimento específico, no mesmo prazo para apresentação de defesa da lavratura de Auto de Infração.

Parágrafo único. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, far-se-á possível nos casos em que ainda não tenha sido proferida decisão administrativa de primeira instância pela Comissão Especial de Julgamento.

Art. 4º. O requerimento para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta será remetido ao Diretor Executivo do PROCON-LD, que decidirá sobre sua admissibilidade no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 5º. Não será admitido Termo de Ajustamento de Conduta quando:

I – a Compromissária houver descumprido Termo de Ajustamento de Conduta há menos de 1 (um) ano, contados da data de certificação do respectivo descumprimento;

II – o PROCON-LD já tiver se manifestado contrariamente à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta quanto a fatos idênticos; e

III – não houver interesse público na celebração do Termo de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo único. Mediante decisão fundamentada, o Diretor Executivo rejeitará a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta quando se enquadrar em uma das hipóteses descritas no dispositivo anterior, determinando a continuidade do processo administrativo.

Art. 6º. Deferido o requerimento, será designada reunião com representante da requerente para que sejam esclarecidas eventuais dúvidas quanto ao Termo de Ajustamento de Conduta, as vantagens e consequências de sua celebração, bem como para informar o valor aplicável ao caso.

§ 1º. A partir da admissibilidade do requerimento de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, o respectivo processo administrativo ficará suspenso pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, durante o qual realizar-se-á tratativa para definição quanto à efetiva celebração do Termo.

§ 2º. Havendo desistência da requerente, o Diretor Executivo determinará a continuidade do processo administrativo.

Art. 7º. Deferido o requerimento e confirmado o interesse da requerente pela celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, o processo será enviado à Assessoria Técnica Administrativa do PROCON-LD para:

I – levantar as necessidades do PROCON-LD e da Procuradoria-Geral do Município quanto a bens, materiais e serviços que podem ser objeto do Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Art. 16, III, IV e VII – 2, da Lei Municipal nº 9.291/2003;

II – verificar junto à Diretoria Técnica Administrativa da Procuradoria-Geral do Município, a previsão e possibilidade de aquisição de tais bens e de contratação de tais serviços nos próximos certames; e

III – consultar a Diretoria Técnica Orçamentária e Financeira da Procuradoria-Geral do Município sobre a possibilidade orçamentária e financeira para aquisição dos referidos bens e materiais, bem como para contratação dos serviços.

§ 1º. A Assessoria Técnica Administrativa, encaminhando a descrição dos respectivos bens, materiais e serviços, consultará a Diretoria Técnica Administrativa da Procuradoria-Geral do Município sobre os valores pagos na última aquisição e/ou contratação pelo Município de Londrina ou constantes de ata ou contrato vigente, a fim de realizar a sua correspondência com o montante objeto do Termo de Ajustamento de Conduta.

§ 2º. Caso a aferição dos valores não seja possível nos termos do parágrafo anterior, poderá ser solicitado ao fornecedor que apresente 3 (três) orçamentos detalhados ao PROCON-LD, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 3º. Recebidos os orçamentos, a Diretoria Executiva decidirá pela sua aprovação ou não, encaminhando-os à Assessoria Técnica Administrativa em caso positivo.

§ 4º. A Assessoria Técnica Administrativa, baseando-se nas informações prestadas pela Diretoria Técnica Administrativa da Procuradoria-Geral do Município e nos eventuais orçamentos aprovados pelo Diretor Executivo, elaborará relatório com o descritivo e valores dos bens, materiais e/ou serviços, bem como o quantitativo necessário para perfazer o valor do Termo de Ajustamento de Conduta.

§ 5º. O relatório emitido pela Assessoria Técnica Administrativa, bem como os documentos comprobatórios serão anexados ao processo administrativo e encaminhados ao Diretor Executivo, que, após avaliar a conveniência, oportunidade e vantagem para a Administração Pública do recebimento de bens, materiais e serviços por meio de Termo de Ajustamento de Conduta, solicitará o aceite da requerente.

Art. 8º. Manifestado o aceite pela requerente, será redigido o Termo de Ajustamento de Conduta, conforme parecer referencial, notificando-a para formalização do instrumento no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias.

Art. 9º. A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta suspenderá o curso do processo administrativo, se instaurado, que somente será arquivado depois de atendidas todas as condições estabelecidas no respectivo termo.

Art. 10. Formalizado Termo de Ajustamento de Conduta, o PROCON-LD providenciará a publicação do respectivo extrato no Jornal Oficial do Município e remeterá cópia à Promotoria de Proteção e Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO IV
Do Descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta

Art. 11. Caracterizar-se-á descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta com:

I – o inadimplemento injustificado das obrigações assumidas, seja em pecúnia ou em bens, materiais ou serviços;

II – a ocorrência, durante o prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta, de autuação por infração idêntica àquela constante do processo administrativo objeto do compromisso, com subsistência confirmada por decisão administrativa definitiva.

§ 1º. Havendo descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, conforme hipóteses previstas no *caput*, será a compromissária notificada para, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o inadimplemento, bem como quitar a obrigação, sob pena de aplicação de multa diária, nos termos do Art. 2º, §1º, deste Decreto.

§ 2º. Na ausência de justificativa, ou se, o Diretor Executivo ao apreciá-la, julgá-la insatisfatória, declarará, mediante decisão fundamentada, rescindido o Termo de Ajustamento de Conduta.

§ 3º. Sem prejuízo da aplicação das penalidades estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta, o descumprimento do termo acarretará no prosseguimento do Processo Administrativo.

CAPÍTULO V
Das Disposições Finais

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Art. 40 do Decreto Municipal nº 436 de 18 de julho de 2007.

Londrina, 02 de setembro de 2021. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Alex Canziani Silveira, Secretário(a) Municipal de Governo, por João Luiz Martins Esteves, Procurador(a) Geral do Município

ANEXO ÚNICO

FLUXOGRAMA DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

